Municipio: Lindoia
Resp. Legal: Luis Gustavo Facci Ruete

De 21-3-2018

A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária XVII Campinas comunica o Cancelamento do Comunicado de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro referente ao:
Protocolo Sisrad: 287/2007 e Processo:25004-12-0356/2007
Razão Social da Empresa: Pytonutre Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.
CNPJ: 08.256.243/0001-05
Endereço: Av Ampélio Gazzetta - 3890 CEP: 13460-000
Município: Nova Odessa/SP
Resp. Legal: Afonso Maria Muniz Mendes

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXII - PRESIDENTE VENCESLAU

Despacho da Diretora, de 26-3-2018

Comunicado de Cadastro para aquisição e comercialização do medicamento Roacutan e/ou Acnoin de uso sistêmico à base de substância da lista C2 (Retinóides)da Portaria 344/98 SVS/MS e de suas atualizações, Protocolo:38129/18 Data de Protocolo:08/03/2018 CEVS:354425116-477-000022-1-6 Data de Validade:10/10/2018 Face ao artigo 124 da Portaria 6 de 29-01-1999 e Portaria 344/98 SVS/MS, comunicamos que o estabelecimento abaixo relacionado fica autorizado e cadastrado a adquirir o medicamento com o nome comercial Roacutan e /ou Acnoin,10mg, 20mg, (Isotretinoina) de uso sistêmico a base de substância da lista C2 (Retinóides) Razão Social: J A de Barros Farma Ltda - Me CNPJ/CPF:18.809.369/0001-05 Endereço: Rua josé velasco 1771 Centro Município: Rosana CEP:19274-000 UF: SP Resp.Legal: José Aparecido de Barros CPF:08651839880 Resp.Técnico: Raphael Rodrigo dos Santos Rodrigues CPF:37739189847 CRF:61.748 UF-SP.O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária XXII P. Venceslau defere a aquisição e comercialização pelo Estabelecimento.

Comunicado de Cadastro para aquisição e comercialização do medicamento Roacutan e/ou Acnoin de uso sistêmico à base de substância da lista C2 (Retinóides)da Portaria 344/98 SVS/MS e de suas atualizações, Protocolo:38133/18 Data de Protocolo:08/03/2018 CEVS:354425116-477-000020-1-1 Data de Validade:01/11/2018 Face ao artigo 124 da Portaria 6 de 29-01-1999 e Portaria 344/98 SVS/MS, comunicamos que o estabelecimento abaixo relacionado fica autorizado e cadastrado a adquirir o medicamento com o nome comercial Roacutan e /ou Acnoin,10mg, 20mg, (Isotretinoina) de uso sistêmico a base de substância da lista C2 (Retinóides) Razão Social: R C Macedo da Silva Ltda - Me CNPJ/CPF:14.598.111/0001-56 Endereço: Rua do Comércio 215 QD 52-A Município: Rosana CEP:19274-000 UF: SP Resp.Legal: José Aparecido de Barros CPF:08651839880 Resp.Técnico: Raphael Rodrigo dos Santos Rodrigues CPF:37739189847 CRF:61.748 UF-SP.O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária XXII P. Venceslau defere a aquisição e comercialização pelo Estabelecimento.

Os responsáveis assumem cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito ao cancelamento deste documento.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXVI - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Despachos do Diretor Técnico

De 29-1-2018

Tornando Público:

Deferimento da solicitação de renovação de Licença de Funcionamento protocolizada sob número 1151/17 – Serviço de Radiologia Médica - CEVS: 354910290-864-000067-1-8 e Equipamento de Raios X para Hemodinâmica, - de Série 21025, Marca/Modelo: Siemens- Axiom-Artis, - CEVS: 354910290-864-000068/1/5 Razão Social: Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico CNPJ: 53.678.264/0002-46 Endereço: Rua Orlando Fracari, 730 Recanto do Bosque Município: São João da Boa Vista - SP Processo: 001.0733.0000279/10.

De 15-2-2018

Tornando Público:

Deferimento da solicitação de Laudo Técnico de Avaliação protocolizada sob número 914/17 Aguaí– Fabricação de Sabões e Detergentes Sintéticos Razão Social: Unilever Brasil Industrial Ltda. CNPJ: 01.615.814/0092-30 Endereço: Rod. Dep. Cyro Albuquerque Km 01 Campo Alegre Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.00037/2018.

De 22-2-2018

Tornando Público:

Lavratura do Auto de Infração AIF 032176 Razão Social: Auto Posto Nova Vida de Mogi Guaçu Ltda. CNPJ: 10.472.107/0001-96 Endereço: Rodovia SP 340 Km 186, Município: Mogi Guaçu - SP Processo: 001.0733.000052/2018.

De 12-3-2018

Tornando Público:

Lavratura do Auto de Infração AIF 032182 Razão Social: Paulo Antonio Baldo & Cia. Ltda. CNPJ: 55.741.961/0001-49 Endereço: Praça Carolina Almeida e Silva, 145, Município: Tapiratiba - SP Processo: 001.0733.000074/2018.

Lavratura de Notificação para Recolhimento de Multa NRM 019917 referente ao Auto de Imposição de Penalidade (Multa) AIP 025385 referente ao Auto de Infração AIF 026792 Razão Social: Nestor Ribeiro Neto CNPJ: 17.707.884/0001-11 Endereço: Rua Cel. Tito Leonel, 85 Município: Caconde - SP Processo: 001.0733.000152/2017.

Lavratura de Auto de Imposição de Penalidade(Multa) AIP 025404 referente ao Auto de Infração AIF 026132 Razão Social: Dionizio Ramazoti Emporio Me CNPJ: 01.853.630/0001-71 Endereço: Rua Manoel Martha, 526 Município: Vargem Grande do Sul - SP Processo: 001.0733.000026/2018.

Lavratura de Notificação para Recolhimento de Multa NRM 019916 referente ao Auto de Imposição de Penalidade (Multa) AIP 025378 referente ao Auto de Infração AIF 026791 Razão Social: Rivaldo Pavani Rabelo de Andrade Me CNPJ: 17.278.220/0001-84 Endereço: Praça Dr. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 42 Município: Águas da Prata - SP Processo: 001.0733.000151/2017.

De 14-3-2018

Tornando Público:

Arquivamento de Processo a pedido do interessado Razão Social: Fernanda Rodrigues Cueva Me CNPJ: 05.366.709/0001-29 Endereço: Av. Antônio Pereira Dias, 719 Município: São José do Rio Pardo – SP Processo: 001.0733.000076/2018.

De 16-3-2018

Tornando Público:

Deferimento da solicitação de Licença de Funcionamento inicial protocolizada sob número 1216/2017 – Consultório Odontológico Tipo I - CEVS: 350870290-861-000004-1-8 Razão Social: Irmandade de Misericórdia de Caconde CNPJ: 045.915.675/0001-07 Endereço: Rua Padre de Angelis, 39 Município: Caconde - SP Processo: 001.0733.000328/2017.

Arquivamento do Processo referente ao Auto de Infração AIF 031267 Razão Social: Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul CNPJ: 72.863.665/0001-30 Endereço: Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 Município: Vargem grande do Sul – SP Processo: 001.0733.000048/2017.

De 19-3-2018

Tornando Público:

Lavratura do Auto de Infração AIF 032183 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127, Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.000078/2018.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032184 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127, Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.000079/2018.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032185 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127, Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.000080/2018.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032186 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127, Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.000081/2018.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032191 Razão Social: Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros CNPJ: 59.759.084/0001-94 Endereço: Rua Carolina Malheiros, 92, Município: São João da Boa Vista - SP Processo: 001.0733.000084/2018.

De 20-3-2018

Deferimento da solicitação de Licença de Funcionamento inicial – Fabricação de Sabões e Detergentes Sintéticos - CEVS: 350030390-206-000002-1-3 Razão Social: Unilever Brasil Industrial Ltda. CNPJ: 01.615.814/0092-30 Endereço: Estrada Aguaí Pirassununga s/n Km 01 Município: Aguaí - SP Processo: 001.0733.0000043/2018.

De 21-3-2018

Tornando Público:

Indeferimento da Defesa protocolizada em 20-03-2018 sob número 0094/18 referente ao Auto de Infração AIF 032176 Razão Social: Auto Posto Nova Vida de Mogi Guaçu Ltda. CNPJ: 10.472.107/0001-96 Endereço: Rodovia SP 340 Km 186. Município: Mogi Guaçu - SP Processo: 001.0733.000052/2018.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032188 Razão Social: Hospital Dia Climep CNPJ: 08.355.284/0001-40 Endereço: Rua Dr. Alcebíades, 136, Município: Santa Cruz das Palmeiras - SP Processo: 001.0733.000086/2018.

Deferimento da solicitação de renovação de Licença de Funcionamento Laboratórios Clínicos - CEVS: 355330290-864-000004-1-8 Razão Social: Laboratório de Análises Clínicas Vida S/C Ltda. CNPJ: 03.369.358-0001-84 Endereço: Rua Alfredo Guedes, 473 Município: Tambaú - SP Processo: 001.0220.0000478/06.

De 22-3-2018

Tornando Público:

Lavratura do Auto de Infração AIF 032189 Razão Social: Hospital Dia e centro Médico Zampar Avanços em Medicina Ltda. CNPJ: 04.611.626/0001-95 Endereço: Rua João Pessoa, 708, Município: Santa Cruz das Palmeiras - SP Processo: 001.0733.000087/2018.

De 23-3-2018

Tornando Público:

Deferimento da solicitação de renovação de Licença de Funcionamento Farmácia Hospitalar - CEVS: 354910290-864-000004-1-8 Razão Social: IDR – Instituto de Doenças Renais S/C. CNPJ: 00.856.003/0002-02 Endereço: Rua Nagib Miguel, 3095 Recanto do Bosque Município: São João da Boa Vista - SP Processo: 001.0220.0000871/03.

Lavratura do Auto de Infração AIF 032192 Razão Social: Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista CNPJ: 52.356.268/0002-45 Endereço: Av. Leonor Mendes de Barros, 626, Município: Divinolândia - SP Processo: 001.0733.000088/2018.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista - PAI Baixada Santista - Cruzada Bandeirante São Camilo de Assistência Médico Social

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO - SOCIAL
PAI - BAIXADA SANTISTA
CNPJ Nº 60.598.448/0007-76

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

ATIVO	Nota	2017	2016
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
- Saúde (Gestão Pública)	2.2(a)/3	1.641.885,49	1.517.696,48
Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.641.885,49**	**1.517.696,48**
Outros Créditos			
- Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	23.694,19	24.114,62
Outros Créditos		**23.694,19**	**24.114,62**
Estoques			
- Saúde (Gestão Pública)	2.2(b)/4	20.523,08	19.704,14
Estoques		**20.523,08**	**19.704,14**
Despesas Antecipadas			
- Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	31.989,48	26.466,08
Despesas Antecipadas		**31.989,48**	**26.466,08**
Total do Ativo Circulante		**1.718.092,24**	**1.587.981,32**
Ativo não Circulante			
Depósitos Judiciais Recursal - Gestão Pública	2.2 (c)	68.351,80	35.768,52
Depósitos Judiciais Recursal - Saúde (Gestão Pública)		**68.351,80**	**35.768,52**
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) / 5	3.071.775,47	3.117.056,82
Depreciação Acumulada - (Gestão Pública)	2.2 (e) / 5	(1.576.775,54)	(1.338.992,65)
Imobilizado Líquido - Saúde (Gestão Pública)		**1.494.999,93**	**1.778.064,17**
Intangível - Gestão Pública	2.2 (f) / 5	104.330,72	97.688,52
Amortização Acumulada - Gestão Pública	2.2 (f) / 5	(94.461,77)	(92.102,02)
Intangível Líquido - Saúde (Gestão Pública)		**9.868,95**	**5.586,50**
Total do Ativo Não Circulante		**1.573.220,68**	**1.819.419,19**
Total do Ativo		**3.291.312,92**	**3.407.400,51**

PASSIVO	Nota	2017	2016
Passivo Circulante			
Fornecedores - Saúde (Gestão Pública)	6	17.141,83	54.161,24
Fornecedores		**17.141,83**	**54.161,24**
Obrigações Sociais - Saúde (Gestão Publica)	2.2 (c)	132.128,81	124.776,62
Obrigações Sociais		**132.128,81**	**124.776,62**
Obrigações Fiscais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	24.806,79	22.725,67
Obrigações Fiscais		**24.806,79**	**22.725,67**
Outras Obrigações - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	-	1.789,50
Outras Obrigações - Saúde		**-**	**1.789,50**
Empréstimo de Materiais e Medicamentos - Saúde (Gestão Pública)		-	229,88
Empréstimo de Materiais e Medicamentos		**-**	**229,88**
Provisões Trabalhistas - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (g)	388.364,47	362.221,77
Provisões Trabalhistas		**388.364,47**	**362.221,77**
Total do Passivo Circulante		**562.441,90**	**565.904,68**
Passivo Não Circulante			
Provisão para Contingências	7	315.700,00	129.750,00
Total do Passivo Não Circulante		**315.700,00**	**129.750,00**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	2.2 (i)	2.704.887,21	2.691.313,84
Superávit / (Déficit) do Exercício	2.2 (h)	(291.716,19)	20.431,99
Total do Patrimônio Líquido		**2.413.171,02**	**2.711.745,83**
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**3.291.312,92**	**3.407.400,51**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/15	**2.764.354,51**	**(73.040,67)**	**2.691.313,84**
Incorporação do resultado exercício anterior	(73.040,67)	73.040,67	-
Resultado do Exercício	-	20.431,99	20.431,99
Saldos em 31/12/16	**2.691.313,84**	**20.431,99**	**2.711.745,83**
Incorporação do resultado exercício anterior	20.431,99	(20.431,99)	-
Transferências	(6.858,62)	-	(6.858,62)
Resultado do Exercício	-	(291.716,19)	(291.716,19)
Saldos em 31/12/17	**2.704.887,21**	**(291.716,19)**	**2.413.171,02**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	Nota	2017	2016
Receitas com Saúde (Gestão Pública)			
Receita Verba de Custeio - Secretaria Estadual de Saúde	1	7.484.400,00	7.128.000,00
(=) Total de Receitas com Saúde (Gestão Pública)		**7.484.400,00**	**7.128.000,00**
Custos			
Custos com Saúde (Gestão Pública)			
Custos com Pessoal (CLT)		(2.753.932,67)	(2.606.367,17)
Custos com Serviços de Terceiros		(1.028.925,75)	(986.702,88)
Custos com Materiais e Medicamentos		(907.970,31)	(869.508,35)
Custos Gerais		(375.730,65)	(365.946,87)
Custos com Impostos, Taxas e Contribuições		(3.962,84)	(1.295,40)
(=) Total de Custos com Saúde (Gestão Pública)	10	**(5.070.522,22)**	**(4.829.820,67)**
(=) Superávit Bruto		**2.413.877,78**	**2.298.179,33**
(+/-)Despesas			
Despesas com Saúde (Gestão Pública)			
Despesas com Pessoal (CLT)		(2.268.675,83)	(2.089.057,53)
Despesas com Serviços de Terceiros		(367.626,43)	(335.617,52)
Despesas Gerais		(66.229,05)	(49.921,47)
Despesas com Impostos, Taxas e Contribuições		(528,85)	(2.459,63)
Despesas com Provisões para Contingências		(260.156,52)	(90.268,69)
(=) Total das Despesas Gerais com Saúde (Gestão Pública)	10	**(2.963.216,68)**	**(2.567.324,84)**
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		102.058,51	77.802,18
Outras Despesas Operacionais		(20.355,88)	(175,52)
Total Outras Despesas / Receitas Operacionais		**81.702,63**	**77.626,66**
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		**(467.636,27)**	**(191.518,85)**
(+/-) Receitas (Despesas) Financ. Líquidas c/ Saúde (Gestão Pública)			
Receitas Financeiras		180.141,60	217.537,10
Despesas Financeiras		(4.221,52)	(5.586,26)
(=)Resultado Financeiro		**175.920,08**	**211.950,84**
(=)Superávit/(Déficit) do Exercício	2.2. (h)	**(291.716,19)**	**20.431,99**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS) - MÉTODO INDIRETO

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades Operacionais		
Resultado do Exercício: Superávit / (Déficit)	(291.716,19)	20.431,99
Ajustes:		
(Redução) / Aumento de Ajustes / Doações / Reservas / Transferências	(6.858,62)	-
Aumento Depreciação e Amortização	240.142,64	308.334,51
	(58.432,17)	**328.766,50**
Redução / (Aumento) de Outros créditos	420,43	15.037,32
Redução / (Aumento) de Estoques	(818,94)	3.076,38
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	(5.523,40)	(2.378,57)
(Redução) / Aumento de Outros Créditos - Não Circulante	(32.583,28)	(19.707,35)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	(37.019,41)	44.304,09
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	7.352,19	3.680,69
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	2.081,12	8.613,27
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	(1.789,50)	(26.863,48)
(Redução) / Aumento de Empréstimos de Materiais e Medicamentos	(229,88)	229,88
(Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas	26.142,70	(13.165,58)
(Redução) / Aumento de Provisão para Contingência - Não Circulante	185.950,00	39.429,23
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**85.549,86**	**381.022,38**
(Aquisição) / Baixa do Ativo Imobilizado - Gestão Pública	45.281,35	(60.648,73)
(Aquisição) / Baixa do Ativo Intangível - Gestão Pública	(6.642,20)	(3.709,37)
Caixa Líquido Proveniente dos Investimentos	**38.639,15**	**(64.358,10)**
Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**124.189,01**	**316.664,28**
Demonstração do Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixas		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.517.696,48	1.201.032,20
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.641.885,49	1.517.696,48
Variação Líquida das Disponibilidades	**124.189,01**	**316.664,28**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM REAIS)

1. Contexto Operacional: A **Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – PAI Baixada Santista**, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, que tem como objetivo: I - Prestar assistência à saúde em geral a tantos quantos procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religioso; II - Prestar assistência social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternais, quanto para adultos, com asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins; III - Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxiliá-los na recuperação física e mental e reintegrá-los às suas comunidades e às suas famílias; IV - Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu reequilíbrio e sua reinserção na comunidade; V - Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio; VI -Desenvolver a pastoral da saúde e; VII - Destinar recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que militem na área da saúde e ou da educação e ou pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde que não utilize recursos e bens que lhe forem repassados pelo Estado. Contratada através de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 2009 assumiu a operacionalização do **POLO DE ATENÇÃO INTENSIVA EM SAÚDE MENTAL BAIXADA SANTISTA – PAI BAIXADA SANTISTA**, visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1998. Estes contratos têm vigência de 05 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO	TOTAL REALIZADO
2017	R$ 7.484.400,00	R$ 7.484.400,00

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:
2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha.
As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.

b. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

c. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos
A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2017 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e. Ativo Imobilizado - Gestão Pública
Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.
Ressaltamos que todos os bens móveis e imóveis adquiridos através de doações e / ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo", conforme Contrato de Gestão.

f. Ativo Intangível - Gestão Pública
O Intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados a taxas lineares.

g. Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

h. Apuração do resultado do exercício
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. Recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em contrato. Os valores recebidos e empregados são provenientes de contratos de gestão e convenio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e são registrados da seguinte forma: Receita Verba Custeio, Outras Receitas Operacionais e Receitas Financeiras. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. As doações não especificadas são registradas diretamente no resultado como receita de doações

i. Patrimônio Líquido
O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa Geral	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
Contas Correntes – Bancárias	R$ 679,61	R$ 7.249,19
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil – CDB/DI	R$ 1.639.705,88	R$ 1.508.947,29
	R$ 1.641.885,49	**R$ 1.517.696,48**

4. Estoques

	2017	2016
Drogas e Medicamentos	R$ 6.148,10	R$ 4.829,40
Gêneros Alimentícios	R$ 826,68	R$ 995,04
Materiais de Uso do Paciente/Hospitalar	R$ 3.431,86	R$ 4.430,23
Produtos de Limpeza	R$ 824,46	R$ 1.046,43
Impressos e Materiais de Expediente	R$ 6.320,06	R$ 5.953,63
Material de Informática	R$ 241,24	R$ 276,60
Mat. Equipamento de Segurança	R$ 1.346,49	R$ 961,52
Outros Materiais	R$ 748,64	R$ 542,29
Uniformes	R$ 635,55	R$ 669,00
	R$ 20.523,08	**R$ 19.704,14**

5. Imobilizado e Intangível Gestão Pública

Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2016 (R$)	Adições (R$)	Baixas (R$)	31/12/2017 (R$)	Taxa Depreciação Anual
Máquin. Ferram. de Longa Duração	21.060,83	839,91	-	21.900,74	10%
Equipamentos para Escritório	37.159,62	-	(6.192,76)	30.966,86	10%
Equip. p/ Processamento de Dados e Microfil.	130.904,87	26.824,68	(17.188,11)	140.541,44	20%
Aparelhos Instr. Técn. p/ Medição, Teste e Controle	4.580,00	6.543,00	(390,00)	10.733,00	20%
Aparelhos e Utensílios do Tipo Doméstico	49.888,18	559,55	(7.673,09)	42.774,64	10%
Aparelhos e Utensílios p/ Comunicação e Fotocinem.	8.533,65	-	-	8.533,65	10%
Mobiliário em Geral	385.623,44	6.818,71	(58.262,28)	334.179,87	10%
Equipamentos Médicos Hospitalares	58.617,95	4.962,80	(5.248,33)	58.332,42	10%
Máquin. Mot. Apar. Indúst.	3.141,95	-	(340,43)	2.801,52	10%
Utensílios para Escritório	2.631,62	-	(125,00)	2.506,62	10%
Instalações Físicas (Reformas/Reparos/Adaptações)	2.414.914,71	3.590,00	-	2.418.504,71	10%
Total	**3.117.056,82**	**50.138,65**	**(95.420,00)**	**3.071.775,47**	
Depreciação Acumulada	**(1.338.992,65)**	**(305.988,39)**	**68.205,50**	**(1.576.775,54)**	
Imobilizado Líquido	**1.778.064,17**	**(255.849,74)**	**(27.214,50)**	**1.494.999,93**	

Intangível - Gestão Pública	31/12/2016 (R$)	Adições (R$)	Baixas (R$)	31/12/2017 (R$)	Taxa Amortização Anual
Software	97.688,52	6.642,20	-	104.330,72	20%
Total	**97.688,52**	**6.642,20**	**-**	**104.330,72**	
Amortização Acumulada	**(92.102,02)**	**(2.359,75)**	**-**	**(94.461,77)**	
Intangível Líquido	**5.586,50**	**4.282,45**	**-**	**9.868,95**	

6. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	R$ 5.342,32	R$ 42.625,04
Fornecedores de Serviços Diversos P.J.	R$ 11.799,51	R$ 11.536,20
	R$ 17.141,83	**R$ 54.161,24**

7 . Provisão para Contingência
Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração. Para o exercício de 2017 foi contabilizado liquidação de processos no montante de R$ 74.206,52 e provisão adicional de R$ 260.156,52, totalizando a provisão de R$ 315.700,00.

8. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

As atividades assistenciais de saúde desenvolvidas de forma gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através de contratos de gestão, atendem os requisitos da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelos Decretos nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e PORTARIA Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE), conforme demonstradas nos quadros a seguir:

CLÍNICAS				
	DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
1º SEMESTRE	PSIQUIATRIA	180	173	-3,89%
2º SEMESTRE	PSIQUIATRIA	180	178	-1,11%

9. Certificado Beneficente de Assistência Social

A instituição é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria MS nº 435, de 16 de maio de 2012.
O Processo de Renovação do certificado da entidade nº 71010.004137/2009-17 foi deferido em 01 de outubro de 2014, com validade até 31/12/2014. Em 16/12/2014 foi protocolado o Processo de Renovação sob nº 25000.236906/2014-03 e em 01/12/2017 foi enviado eletronicamente o Processo de Renovação protocolado sob nº 25000.481072/2017-23 que encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

10. Gratuidades

Representa o total de recursos aplicados no ano em atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde, durante o ano de 2017 registramos o montante de R$ 8.033.738,90 maior que 2016, onde contabilizamos R$ 7.397.145,51.

11. Isenção Usufruidas

A Entidade deixou de demonstrar o cálculo da COFINS e CSLL, devido a verba transitada originar-se de Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo. A Quota Patronal do INSS é recolhida por decisão administrativa, e está contemplada no Orçamento de Custeio do exercício, aprovado pela Secretaria de Estado da Saúde – SES.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM REAIS)

12. Aplicações de Recursos

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

13. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017.

Aos administradores da
CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL
PAI BAIXADA SANTISTA
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Pai Baixada Santista**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Pai Baixada Santista, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Pai Baixada Santista, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Pai Baixada Santista ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Pai Baixada Santista são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 09 de Março de 2018.
GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7
ANA MARIA GALLORO LAPORTA
Sócia-Diretora
CRC 1SP 203642/O-6

Santos, 31 de Dezembro de 2017.

Antonio Mendes Freitas
Presidente

Mário Luís Kozik
Vice Presidente

Gleice Evelin de Macedo Girotto
Diretora Administrativa
CRA - SP 110.575

Cristiane Santana Gonçalves
Contadora
CRC nº 1SP293225/O-6